



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**- Estado da Bahia -**  
**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025.**

*“Dispõe sobre a Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas - COMPEVE, no âmbito do Município de Paulo Afonso/BA, estabelece diretrizes para atuação intersetorial, organiza fluxos de prevenção e atendimento, e dá outras providências.”*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, **APROVA** e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Paulo Afonso/BA, o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas - COMPEVE, com a finalidade de articular ações intersetoriais, estabelecer fluxos de identificação, notificação, encaminhamento e acompanhamento de situações de violência ou risco envolvendo estudantes, bem como promover a prevenção e a promoção de ambientes escolares seguros.

**Art. 2º** O COMPEVE terá caráter consultivo, orientador e de articulação intersetorial, não acarretando criação de novas estruturas ou cargos, utilizando-se exclusivamente da organização administrativa já existente.

**Art. 3º** Compete ao COMPEVE:

I - Elaborar, revisar e atualizar os fluxos intersetoriais de prevenção, identificação, notificação e acompanhamento de situações de violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens no ambiente escolar;

Gabinete da Vereadora Márcia Goretti Delgado Rodrigues  
Av. Apolônio Sales, 495, Centro, CEP: 48.601-200 Paulo Afonso BA  
Tel. (75) 3282 3850



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**- Estado da Bahia -**  
**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**

- II - Orientar as unidades escolares quanto aos procedimentos a serem adotados, em consonância com a legislação vigente, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a Lei Federal nº 13.431/2017;
- III - Promover a articulação entre educação, saúde, assistência social, segurança pública e Sistema de Garantia de Direitos;
- IV - Apoiar a realização de formações continuadas para profissionais das áreas envolvidas, em parceria com os órgãos competentes;
- V - Monitorar indicadores e dados relacionados à violência nas escolas, propondo ações preventivas;
- VI - Emitir recomendações para melhoria das práticas de proteção escolar;
- VII - Fomentar estratégias de fortalecimento de vínculos e convivência escolar saudável;
- VIII - Incentivar a participação da comunidade escolar e das famílias nas ações de prevenção à violência;

**Art. 4º** A Rede de Ensino deverá observar os fluxos e orientações definidos pelo COMPEVE, assegurando:

- I - Detecção precoce de sinais de violência ou risco;
- II - Notificação imediata ao Conselho Tutelar quando houver suspeita ou confirmação de violação de direitos, nos termos do art. 13 do ECA;
- III - Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;

**Art. 5º** As escolas da Rede Estadual de Ensino localizadas no Município de Paulo Afonso/BA poderão participar do COMPEVE, mediante convite, com o objetivo de alinhar fluxos intersetoriais, promover cooperação técnica e fortalecer a prevenção da violência escolar.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**

**- Estado da Bahia -**

### **GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**

Parágrafo único. A participação das unidades estaduais terá caráter colaborativo e consultivo, sem imposição de obrigações administrativas ou financeiras ao Estado da Bahia.

**Art.6º** A atuação do COMPEVE deverá observar os princípios da intersetorialidade, proteção integral, prioridade absoluta, prevenção e atuação em rede, conforme previsto no ECA, na Lei Federal nº 13.431/2017, na Lei Federal nº 13.935/2019 e na Constituição Federal.

#### **Art. 7º Composição do COMPEVE**

O COMPEVE será composto por representantes dos seguintes órgãos, designados por ato do Poder Executivo:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VI - Conselhos Tutelares;
- V - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- VI - Conselho Municipal da Juventude - COMJUVE;
- VII - Polícia Militar da Bahia;
- VIII - Polícia Civil da Bahia;
- IX - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM;
- X - Bombeiro Militar da Bahia;
- XI - Guarda Municipal;
- XII - Representantes das escolas da Rede Estadual de Ensino;

**Parágrafo único.** Poderão ser convidados representantes de outros órgãos públicos, instituições privadas, entidades da sociedade civil organizada ou especialistas na temática, sempre que necessário ao cumprimento das finalidades



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**- Estado da Bahia -**

**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**  
do Comitê.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário, o poder executivo terá 90 (noventa) dias para regulamentar esta Lei.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2025.

  
Márcia Goretti Delgado Rodrigues  
- Vereadora -



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**- Estado da Bahia -**  
**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**

**JUSTIFICATIVA**

A violência no ambiente escolar é uma problemática que afeta diretamente o desenvolvimento, a segurança emocional e a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola. Em consonância com a legislação federal, especialmente a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Federal nº 13.431/2017 e a Lei Federal nº 13.935/2019, torna-se imprescindível fortalecer mecanismos de prevenção, identificação e enfrentamento dessas situações.

Destaca-se, que apesar da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente no nosso município ser atuante, observa-se a necessidade de formalizar fluxos intersetoriais, garantindo atuação coordenada entre educação, saúde, assistência social, segurança pública e Sistema de Garantia de Direitos.

Ressalta-se, que o presente Projeto de Lei não cria despesa, não institui cargos e não amplia estrutura administrativa. Apenas organiza a cooperação entre serviços já existentes, possibilitando respostas mais rápidas e eficientes diante de violações de direitos ou situações de risco no ambiente escolar.

A participação das escolas da Rede Estadual ocorre de forma colaborativa, conforme entendimento constitucional de que a proteção de crianças e adolescentes é responsabilidade comum dos entes federados e deve ocorrer por meio de articulação entre políticas públicas.

Diante do exposto, o COMPEVE contribuirá para a prevenção de violências, o fortalecimento da convivência escolar saudável e a consolidação de uma rede protetiva eficiente em Paulo Afonso.

Nesse sentido, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**- Estado da Bahia -**  
**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA GORETTI**

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2025.

Márcia Goretti Delgado Rodrigues  
**- Vereadora -**